



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 124/2025

Referência: Processo Número do Protocolo 862/2025

Assunto: Projeto de Lei n.º 022 de 25 de julho de 2025

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei n.º 022 de 25 de julho de 2025, que “*Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.*”.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, que “*Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.*”.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

O Projeto de Lei (PL) nº 022, de 25 de julho de 2025, de autoria do Poder Executivo Municipal de Cáceres, tem como objetivo autorizar a abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** para a Secretaria Municipal de Saúde.

Na Exposição de Motivos foi dito o seguinte:

*“Mensagem relativa ao Projeto de Lei n.º 022, de 25 de julho de 2025
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, Mato Grosso:*

Senhores Vereadores:

É nosso dever encaminhar aos ilustres membros do Poder Legislativo Cacerense, o incluso Projeto de Lei n.º 022, de 25 de julho de 2025, que Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Crédito Adicional Especial, a ser aberto no vigente Orçamento, compreende o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a ser coberto mediante anulações de dotações, nos termos especificados no projeto.

O Projeto de Lei (PL) n.º 022/2025 tem por finalidade viabilizar a criação das respectivas naturezas de despesa, em atendimento à necessidade urgente de reforço no quadro de profissionais de saúde, em especial médicos, visando:

- À cobertura das ausências decorrentes de férias dos profissionais vinculados ao Programa Mais Médicos;*
- À ampliação da assistência em áreas rurais desassistidas;*



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

• Ao atendimento à demanda crescente em virtude do aumento sazonal de casos de arboviroses e síndromes respiratórias agudas, especialmente no atual período epidemiológico.

Quanto ao pedido de apreciação do PL em caráter de urgência, justifica-se, logo que o Crédito Adicional Suplementar possibilitará a necessária movimentação financeira para as respectivas despesas.

Ante ao exposto, solicitamos o apoio dos membros do Legislativo cacerense para aprovar o Projeto de Lei 022/2025, em caráter de urgência urgentíssima, nos termos do Regimento Interno dessa Casa.

Ao ensejo, externamos os votos de elevada estima e distinta consideração.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM Prefeito de Cáceres em exercício"

Em resposta ao pedido de diligência da CCJ a Prefeitura Municipal de Cáceres enviou a seguinte listagem das receitas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Avenida Brasil, 119 - Jardim Celeste
03214145/0001-83 Exercício: 2025

LISTAGEM DAS RECEITAS
PERÍODO COMPLETO

Ficha	Data Lanc	Cód.Receita	Emp/P	Discr.	Conta Detalh.	Valor
294	15/01/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	391.840,50
294	24/01/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	113.343,75
294	13/02/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	367.067,50
294	13/03/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	373.067,50
294	10/04/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	385.454,00
294	10/04/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	45.431,23
294	15/04/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	45.431,23
294	12/05/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	45.431,23
294	12/05/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	415.454,00
294	23/05/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	45.431,23
294	30/05/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	45.431,23
294	13/06/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	45.431,23
294	17/06/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	440.954,00
294	27/06/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	3.000,00
294	09/07/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	27.600,00
294	15/07/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	442.068,00
294	15/07/2025	1713.50.1.1.02.00.00.00		INC FIN EQ SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PR	624031-3 1962	45.431,23
TOTAL NO PERÍODO...						3.277.867,86



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Por sua vez, o artigo 3º, dispõe que os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos previsto no inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei 4.320/1964.

É cediço que o projeto de lei que vise efetivar abertura de créditos adicionais especiais deve ser elaborado em perfeita consonância com os princípios estabelecidos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal e 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964.

Os arts. 40 a 43 da Lei 4.320/64 conferem o suporte legal necessário a análise do presente projeto de lei:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

O inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei 4.320/64, dispõe que consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Em seguida foi solicitado parecer técnico do Assessor de Planejamento e Orçamento desta Casa de Leis, para que analisasse, com a precisão necessária, se os dados informados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal estavam de acordo com a legislação infraconstitucional e com a Constituição Federal.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

No referido parecer do Assessor de Planejamento e Orçamento desta Câmara Municipal, foi informado que os valores e **fontes apresentados estão em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 e com os demais ditames legais e constitucionais.**

Cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei n.º 022 de 25 de julho de 2025.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:


A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei n.º 022 de 25 de julho de 2025.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2025.


MANGA ROSA
PRESIDENTE


PASTOR JÚNIOR
RELATOR


ANDRELINA MAGALY DA SILVA
MEMBRO